



PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 1.262

PROJETO DE LEI Nº 14.304/24

PROCESSO Nº 827/24

ASSUNTO: PREVÊ AFIXAÇÃO DE CARTAZES E EXIBIÇÃO DE VÍDEOS EDUCATIVOS ANTIDROGAS NAS ABERTURAS DE SHOWS, EVENTOS CULTURAIS E SIMILARES E REVOGA A LEI 8.475/2015

CONSULENTE: DIRETORIA LEGISLATIVA

EMENTA: PROCESSO LEGISLATIVO. COMPETÊNCIA COMUM. COMBATE AOS FATORES DE MARGINALIZAÇÃO. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. PROTEÇÃO À JUVENTUDE. PUBLICIDADE. ANTIDROGAS. CONSTITUCIONALIDADE.

1 – RELATÓRIO

De autoria do Vereador, **ANTÔNIO CARLOS ALBINO**, o presente projeto de lei prevê afixação de cartazes e exibição de vídeos educativos antidrogas nas aberturas de shows, eventos culturais e similares; e revoga a Lei 8.475/2015, correlata.

A propositura encontra-se justificada.

É o relatório. Passa-se a opinar sobre os aspectos jurídicos.

2 – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Observando o projeto em exame afeiçoa-se de constitucionalidade, conforme passa a expor.

2.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE





Sob o prisma jurídico, o projeto versa sobre a competência comum dos entes para combater os fatores de marginalização, na medida que prevê a afixação de cartazes com a temática antidrogas nas aberturas de eventos culturais, shows e afins, bem como a exibição de vídeos sobre o assunto, conscientizando a população daquele local sobre os perigos e as consequências do uso de drogas lícitas ou ilícitas.

Dessa forma, o objetivo fundamental é proteger a sociedade, em especial a juventude, do uso de drogas, que se tornou fator determinante na marginalização do indivíduo, visto que os cartazes também deverão conter formas de contatar centros de tratamento e assistência aos usuários.

Neste caminho, conforme o art. 23, X, da CF/88, é atribuído ao Município a competência para dispor sobre o tema.

Art. 23. *É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

X – *combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos*

Do mesmo modo, vale ressaltar que adentra, também, na competência concorrente, conforme a Constituição Federal, já que os Entes Federativos podem legislar visando a proteção à infância e à juventude (art. 24, XV).

Art. 24. *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

XV – *proteção à infância e à juventude;*

Apesar de não constar no “caput” do art. 24, o Município, conforme o STF, pode legislar sobre os assuntos do artigo, desde que o faça de maneira harmônica com a legislação federal e estadual. Essa autorização para que os Municípios legislem sobre matérias de competência concorrente está prevista no art. 30, I e II, da CF/88.

Deste modo, opina-se pela competência municipal para tratar sobre o tema.

2.2 – DA PUBLICIDADE





O acesso a informação, no Direito Brasileiro, é um direito simultaneamente autônomo e funcional. Além de a prestação de contas e controle do governo pela sociedade ser princípio básico das democracias, o direito de acesso viabiliza a participação adequada da população na tomada de decisões coletivas, participação na coisa pública e acesso ao serviço público.

Vigora, assim, em nossa legislação o direito a máxima divulgação, isto é, a regra é a publicidade; a exceção, o sigilo. Devendo este possuir uma fundamentação constitucionalmente adequada, com por exemplo, segurança nacional ou interesse público.

Neste caminho, o direito a informação assume uma dupla vertente: o direito do particular de ter a informação (transparência passiva); e o direito da administração de produzir a informação (transparência ativa).

Vê-se, portanto, que o ora debatido projeto é uma transparência ativa, já que a administração de pronto produz a informação. Persegue, assim, a publicidade dos serviços de assistência social, buscando a conscientização social sobre as doenças ocultas.

Prestigiando, dessa forma, os princípios do interesse público, da eficiência, da moralidade e da publicidade, todos tidos como basilares em nossa República (art. 37, “caput”, CF).

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte.*

2.3 – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DA INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO

De acordo com a Doutrina, a iniciativa comum é a regra no sistema legislativo brasileiro; sendo a iniciativa privativa, a exceção. Por constituir exceção à regra da iniciativa comum, a iniciativa reservada não comporta interpretação ampliativa. Sendo elementar na hermenêutica que a exceção à regra não deve ser interpretada extensivamente, sob pena de desvirtuar a própria regra.

A jurisprudência do STF, nesta toada, é no sentido de que são vedadas a criação de novas atribuições administrativas a um determinado órgão da Administração Pública que modifique o rol de atividades funcionais deste.





Assim, não há vício de iniciativa, tampouco violação à separação de poderes, pois o texto versa sobre o combate aos fatores de marginalização, assunto de competência comum (CF, art. 23, X) e que não está entre as matérias de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

É dizer, “não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, 'a', 'c' e 'e', da Constituição Federal)”, segundo o C. STF, no julgamento do ARE 878.911-RJ, com repercussão geral (Tema n.º 917).

Ademais, também não há violação à reserva da Administração, pois o texto não interfere na administração superior ou em quaisquer outros atos do alcaide, mas apenas visa concretizar o direito fundamental, assegurando a segurança e a assistência aos desamparados nos termos do art. 6º, “caput”, da CF, corolário do princípio da dignidade humana (CF, art. 1º, inc. III).

Em arremate, “não ofende a separação de poderes, a previsão, em lei de iniciativa parlamentar, de encargo inerente ao Poder Público a fim de concretizar direito social previsto na Constituição”(STF, Pleno, ADI 4.723-AP, Rel. Min. Edson Fachin, maioria, j. 22.06.20).

Por isso, opina-se pela iniciativa comum.

2.4 – DA LEGALIDADE PERANTE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Em face do atual cenário, configura-se revestido condição de legalidade no que concerne à competência (art. 6º, “caput”), e quanto à iniciativa, que no caso concreto é concorrente (art. 7, IX e art. 45), sendo os dispositivos relacionados pertencentes à Lei Orgânica de Jundiaí (L.O.J) deferindo ao Vereador a iniciativa para a propositura, como resta dilucidado:

Art. 6º. Compete ao Município de Jundiaí legislar sobre assuntos de interesse local com o objetivo de garantir o bem-estar de sua população e o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:





Art. 7º. Ao Município de Jundiaí compete, concorrentemente com a União e o Estado, entre outras atribuições:

[...]

IX – combater as causas da pobreza e os **fatores de marginalização**, promovendo a integração dos setores desfavorecidos

Art. 45. A iniciativa de projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Prefeito, a qualquer membro ou Comissão da Câmara e aos cidadãos, observado o disposto nesta lei.

Sendo assim, opina-se pela competência do Vereador para iniciativa do projeto.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, exclusivamente sob o espectro jurídico, entendemos que inexistem quaisquer óbices a regular tramitação do projeto de lei, porquanto constitucional e legal.

Relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.

DA COMISSÕES A SER OUVIDA:

Além da Comissão de Justiça e Redação, nos termos do inciso I do art. 139 do Regimento Interno, sugerimos a oitiva da Comissão de Saúde, Assistência Social e Previdência, bem como da comissão de Direitos, Cidadania e Segurança Urbana.

QUÓRUM: maioria simples (art. 44, “caput”, L.O.J.).

Jundiaí, 04 de março de 2024.





João Paulo Marques D. de Castro
Procurador Jurídico

Gabriela Hapuque S. Silva
Estagiária de Direito

Gabriel G. Flausino Negrini
Estagiário de Direito

